

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Considerando as atividades relativas ao transporte de gás natural, julgue os itens a seguir.

- 51** A atividade de transporte de gás natural será exercida em regime de autorização.
- 52** O transportador de gás natural tem a obrigação de permitir a interconexão de outras instalações de transporte do produto.
- 53** É direito autônomo do transportador promover a conexão direta entre instalação de transporte e usuário final de gás natural, por esta ser indispensável à atividade.
- 54** Cabe à ANP propor aos autorizados para o transporte de gás natural a tarifa a ser cobrada por tal serviço de transporte.

A respeito das atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural, julgue os próximos itens.

- 55** Serão disponibilizados gratuitamente pela ANP os dados geológicos relativos às áreas com potencial para estocagem subterrânea de gás natural, para análise e confirmação de sua adequação.
- 56** O mero enchimento de gasoduto não se enquadra como acondicionamento de gás natural.
- 57** Estará sujeito à pena de multa e interdição do estabelecimento aquele que realizar atividade de fornecimento de gás canalizado sem autorização da ANP.
- 58** No mercado organizado de gás natural, a realização da comercialização de gás natural ocorrerá por meio de contratos de compra e venda padronizados.

Em relação à Política Energética Nacional, às atividades relativas ao monopólio do petróleo, ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e à ANP, julgue os itens que se seguem.

- 59** É atribuição do CNPE propor ao Congresso Nacional medidas específicas destinadas a promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do país.
- 60** O exercício da atividade de importação e exportação de petróleo será realizado de acordo com as diretrizes do CNPE.
- 61** Os depósitos de hidrocarbonetos fluidos existentes no território nacional pertencem à União.
- 62** Os critérios para o cálculo do valor dos *royalties* serão estabelecidos por portaria do presidente da ANP.

Fábio é pessoa com deficiência, exerce cargo público de professor em universidade pública estadual e pretende prestar concurso público para emprego público de professor em empresa pública federal, porém o edital não prevê percentual de vaga reservado para pessoas com deficiência. O prazo de validade desse concurso é de um ano, conforme previsto no edital.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 63** O prazo de validade do concurso público em questão pode ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- 64** As empresas públicas não integram a administração pública direta e, por isso, não se aplicam a elas os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- 65** A Constituição Federal de 1988 não prevê a reserva de percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência.
- 66** Caso Fábio realize a prova do concurso público mencionado e seja aprovado, ele poderá, de forma legal, cumular as duas funções, desde que haja compatibilidade de horários.
- 67** Em decorrência do exercício do cargo público de professor, Fábio tem direito a fundo de garantia do tempo de serviço.

Em relação à organização do Estado e aos princípios gerais da atividade econômica, julgue os itens seguintes.

- 68** Os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são considerados bens da União.
- 69** A participação no resultado da exploração de petróleo é assegurada à União e aos estados, mas não se estende aos municípios.
- 70** A União poderá contratar com empresas privadas para realizar pesquisa de petróleo e gás natural.
- 71** A atividade de refinação do petróleo nacional constitui monopólio da União.

No que se refere à organização dos poderes, julgue os próximos itens.

- 72** O Poder Legislativo federal é composto pela Câmara dos Deputados, que representa os estados, e pelo Senado Federal, que representa o povo.
- 73** Os pagamentos devidos pelas fazendas públicas em decorrência de sentenças judiciais deverão ser feitos na ordem de apresentação dos precatórios, sendo obrigatório incluir no orçamento das entidades públicas a verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado ou não.
- 74** Compete ao ministro de Estado, entre outras atribuições, exercer a orientação dos órgãos e das entidades da administração federal na área de sua competência e expedir instruções para a execução das leis.

A respeito dos bens públicos, julgue os seguintes itens.

- 75** Um prédio que esteja sendo utilizado para um fim público é considerado um bem desafetado.
- 76** As terras ocupadas pelos índios em caráter permanente são bens de uso especial e são insuscetíveis de alienação.
- 77** Em situações específicas, os terrenos de marinha podem ser classificados como bens dominicais, hipótese em que serão suscetíveis de alienação.

Acerca dos agentes administrativos, julgue os itens a seguir.

- 78** Apenas os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações públicas estão enquadrados no regime jurídico único.
- 79** A admissão em regime de emprego público exige aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, com vínculo de natureza contratual, visto que se materializa por meio de contrato de trabalho.

Com relação a contratos administrativos e contratos de gestão, julgue os itens subsequentes.

- 80** O contrato de gestão poderá ser celebrado não apenas com entidades da administração indireta, mas também com órgãos sem personalidade jurídica da própria administração direta.
- 81** Na inexecução do contrato por parte da administração na modalidade culposa, é assegurado o direito à indenização dos danos emergentes, mas não dos lucros cessantes.
- 82** Embora os contratos administrativos sejam celebrados *intuitu personae*, há possibilidade de a execução de seu objeto ser subcontratada parcialmente com terceiros.
- 83** Celebrado contrato de gestão entre o Estado e uma organização social, esta será delegatária de serviço público, podendo atuar sob concessão, permissão ou autorização de serviços públicos.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada acerca da intervenção do Estado na propriedade, conforme o entendimento jurisprudencial.

84 Situação hipotética: A prefeitura de certo município tomou posse de um terreno abandonado e construiu um posto de saúde no local. Somente cinco anos após a construção, o proprietário percebeu a instalação da unidade de saúde em seu terreno.

Assertiva: Nesse caso, o proprietário do terreno pode pleitear indenização, por meio de ação de desapropriação indireta, de caráter pessoal.

85 Situação hipotética: José, proprietário de fazenda com mais de 25 hectares, cuja área é utilizada, em sua maior parte, para a criação de gado solto, responde a processo em virtude de a polícia federal ter encontrado culturas ilegais de plantas psicotrópicas, sem autorização do poder público, numa área de cerca de 150 metros quadrados.

Assertiva: Nessa situação, no que diz respeito à expropriação confiscatória decorrente da constatação de cultura ilegal de plantas psicotrópicas em imóvel rural, a União ou seus delegados podem impor a João, compulsória e imediatamente, a perda da porção da gleba, excluídas as áreas produtivas, sem qualquer indenização, e deverão destinar a área confiscada especificamente à reforma agrária.

86 Situação hipotética: João, possuidor de um terreno na beira da estrada, celebrou contrato de locação com empresa pública, permitindo que esta instalasse, em seu imóvel, uma torre e uma antena de telecomunicações, em troca da percepção de alugueis, que ocorre regularmente desde a assinatura do contrato. Alguns meses depois da celebração da avença, a empresa pública locatária permitiu que uma empresa privada de telefonia compartilhasse da infraestrutura dentro dos limites da área objeto da locação.

Assertiva: Nessa hipótese, o compartilhamento da infraestrutura da estação rádio-base de telefonia celular por prestadora de serviço de telecomunicação de interesse coletivo caracteriza servidão administrativa, o que enseja a João direito a indenização e juros compensatórios, em virtude da área utilizada para instalação dos equipamentos.

No tocante aos princípios gerais e ao regime político da ordem constitucional econômica, julgue os itens a seguir.

87 A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos entes autônomos.

88 A União não poderá intervir nos estados para assegurar a prestação de contas da administração pública.

89 A decretação de intervenção, em caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, dependerá de representação do procurador geral da república.

90 O princípio da função social da propriedade visa a assegurar que o direito de propriedade seja exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais.

91 O princípio da livre concorrência não é absoluto, devendo pautar-se pela boa-fé e pela lealdade nas relações empresariais.

Acerca da intervenção do Estado no domínio econômico, julgue os itens a seguir.

92 A exploração indireta de atividade econômica pelo Estado brasileiro é permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.

93 A intervenção direta do Estado brasileiro materializa-se no monopólio das principais matrizes energéticas mundiais: o combustível fóssil derivado e os materiais nucleares.

94 O truste e o cartel são espécies de abuso do poder econômico que devem ser reprimidas mediante intervenção direta do Estado na atividade econômica.

95 A atuação do Estado por intermédio de suas autarquias e agências reguladoras configura intervenção indireta.

Considerando os conceitos de sujeitos econômicos e um modelo simplificado de fluxo circular de renda, representado por apenas dois agentes econômicos — as famílias e as empresas —, julgue os seguintes itens.

96 No fluxo monetário, as famílias pagam pelos bens e serviços e recebem pelos fatores de produção.

97 Nesse modelo, existem dois mercados: um de bens e serviços e outro de fatores de produção.

98 No fluxo real, as famílias consomem bens e serviços das empresas e fornecem fatores de produção.

No tocante à atividade empresária no contexto do direito empresarial, julgue os itens a seguir.

99 A sociedade empresária adquire personalidade jurídica com a inscrição dos seus atos constitutivos no registro próprio, na forma da lei.

100 O profissionalismo no desempenho da atividade econômica é requisito essencial para caracterizar a atividade empresarial.

101 Cônjuges casados em regime de separação obrigatória de bens podem contratar sociedade entre si ou com terceiros.

102 O ordenamento jurídico brasileiro inclui a cooperativa entre as sociedades empresárias.

103 Observada a inexistência de conflitos de interesse, servidores públicos em gozo de licença para tratar de interesses particulares podem exercer administração de sociedade empresária.

Em relação às sociedades em comum e às sociedades em conta de participação, julgue os itens seguintes.

104 A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade, contudo a eventual inscrição de contrato social em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade.

105 Na sociedade em comum, a responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais é limitada à sua participação na sociedade.

Julgue os itens a seguir, acerca de coligação, fusão, incorporação e consórcio de empresas.

106 Na fusão de sociedades, cada uma das sociedades fundidas arcará com os direitos e obrigações havidos até a data da fusão.

107 O credor prejudicado pela incorporação de uma sociedade poderá promover a anulação dos atos relativos a essa transformação em até noventa dias, contados da publicação desses atos.

108 Diz-se coligada a sociedade de cujo capital outra sociedade participe, com dez por cento ou mais do capital da primeira, sem controlá-la.

109 As sociedades consorciadas respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pelo consórcio.

110 O consórcio de empresas, ao ser constituído, adquire personalidade jurídica própria, independentemente das empresas consorciadas.

**Russia is making heaps of money from oil,
but there is a way to stop that**

The United States and its allies are leaning heavily on economic sanctions to punish Russia for its invasion of Ukraine. But a key element in that strategy, restrictions on Russian oil exports, mostly appears to be causing pain for ordinary people in other countries. European nations, in particular, are causing considerable damage to their own economies without reducing Russia's oil revenue.

Nations seeking to help Ukraine have focused on reducing Russia's energy exports instead of reducing Russia's earnings from energy exports. Russia is exporting less oil but, in a perverse twist, it is earning more money. The sanctions have raised prices, more than offsetting the decline in exports. In May 2022, Russia earned 883 million euros per day from oil exports, up from 633 million euros per day in May 2021.

New sanctions that the European Union and Britain have agreed to impose on Russia by year's end are likely to drive oil prices even higher. Some analysts warn that the price for a barrel of oil could exceed \$ 200, well above the spike in the early weeks of the war, when oil prices topped out around \$ 124.

Internet: <www.nytimes.com> (adapted).

Based on the text above, judge the following items.

- 111** The text criticizes the restrictions imposed on Russia's exports because they do not affect the amount of oil available for purchase in international markets.
- 112** At the beginning of the war between Russia and Ukraine, there was a decrease in oil prices, which went from \$ 200 a barrel to approximately \$ 124 a barrel.
- 113** It is correct to infer from the text that the US and its allies have shot themselves in the foot with their economic sanctions against Russia.
- 114** The text suggests that the pain caused for ordinary people by rising oil prices may worsen in the near future.
- 115** Even though oil prices have soared as a result of the sanctions imposed on Russia, they were not high enough to compensate for Russia's loss in oil exports.

Espaço livre

**Environmental and economic impacts of crude oil and
natural gas production in developing countries**

Environmental impacts that occur during the production of crude oil would mostly occur from long-term habitat change within the oil and gas field, production activities (including facility component maintenance or replacement), waste management (e.g. produced water), noise (e.g. from well operations, compressor or pump stations, flare stack, vehicle and equipment), the presence of workers and potential spills.

The adverse environmental impacts which could happen during production of crude oil and natural gas include: disturbance of wildlife due to noise and human activity; exposure of biota to contaminants; and mortality of biota resulting from collisions against aboveground facilities or with vehicles.

The presence of production wells, ancillary facilities and access road reduces habitat quality, disturbs the biota and thus affects ecological resources. Discharge of produced water inappropriately onto soil or into surface water bodies can result in salinity levels becoming too high to sustain plant growth.

Wildlife is always prone to have contact with petroleum-based products and other contaminants in reserve pits and water management facilities. Animals could become entrapped in the oil and drown, or they could ingest toxic quantities of oil, or succumb to cold stress if the oil damages the insulation provided by their feathers or fur.

Internet: <www.core.ac.uk> (adapted).

Based on the text, judge the following items.

- 116** The environmental damages potentially caused by the oil and gas industry are many and varied, as there are different possible sources of problems.
- 117** The last period of the text could be correctly rewritten, without this changing its meaning, as **Animals would, then, become entrapped in the oil and drown, or ingest toxic quantities of oil, or succumb to cold stress if the oil damages the insulation provided by their feathers or fur.**
- 118** The second period of the third paragraph could be correctly rewritten, without change in meaning, as: Disposal of produced water inappropriately onto soil or into surface water bodies can cause salinity levels to become so high that plant growth is no longer sustainable.
- 119** In the first period of the third paragraph, the expression "ancillary facilities" implies the idea of a place, a building or a piece of equipment that houses or is used for activities that support the production of oil.
- 120** It is correct to conclude that the text emphasizes how agricultural production may be badly affected by higher salinity levels.